

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.226 - CE
(2019/0136848-0)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : JOSE WALBER ANDRADE SALES FILHO
ADVOGADO : DANIEL TEÓFILO DE SOUZA - CE016252
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO NO TRÂNSITO. OMISSÃO DE SOCORRO. ERRO NA APRECIÇÃO DA PROVA. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são recurso com fundamentação vinculada, sendo imprescindível a demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do Código de Processo Penal. Podem ser admitidos, ainda, para correção de eventual erro material e, excepcionalmente, para alteração ou modificação do *decisum* embargado.

2. A Corte *a quo* consignou que a materialidade e a autoria do crime foram devidamente comprovadas pela produção probante levada a efeito durante a instrução processual e que não houve erro na apreciação da prova, tampouco elemento novo ou fato novo apto a afastar a condenação do recorrente.

3. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar o rejugamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 619 do CPP, não é compatível com o recurso protocolado.

4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

